

'Prévia do PIB' do BC tem queda de 1,59%

Resultado reflete avanço da covid-19; índice acumula uma alta de 2,27% no 1º trimestre

Fabrizio de Castro / BRASÍLIA

Após dez meses de recuperação, a atividade econômica voltou a recuar no Brasil, em meio à segunda onda da pandemia de covid-19. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado ontem, indicou retração de 1,59% em março, na comparação com fevereiro. O percentual já leva em conta os ajustes sazonais, o que permite a comparação entre os meses.

Foi a primeira queda da atividade desde abril do ano passado, no início da primeira onda da pandemia. Naquele mês, o IBC-Br havia despencado 9,82%, influenciado pelas restrições de circulação em várias cidades do País e pelo fechamento de milhares de empresas. Desde então, a atividade econômica vinha reagindo no Brasil, tendo acumulado alta de 18,76% de abril do ano passado a fevereiro de 2021.

A guinada verificada em março deste ano, como indicou o

IBC-Br, é influenciada pela segunda onda de covid-19, que voltou a provocar lockdowns em diversas cidades do País. O fechamento do comércio em diferentes períodos foi uma reação de prefeitos e governadores à reaceleração do contágio e das mortes por covid-19. Ao mesmo tempo, o Brasil segue apresentando números limitados de vacinação.

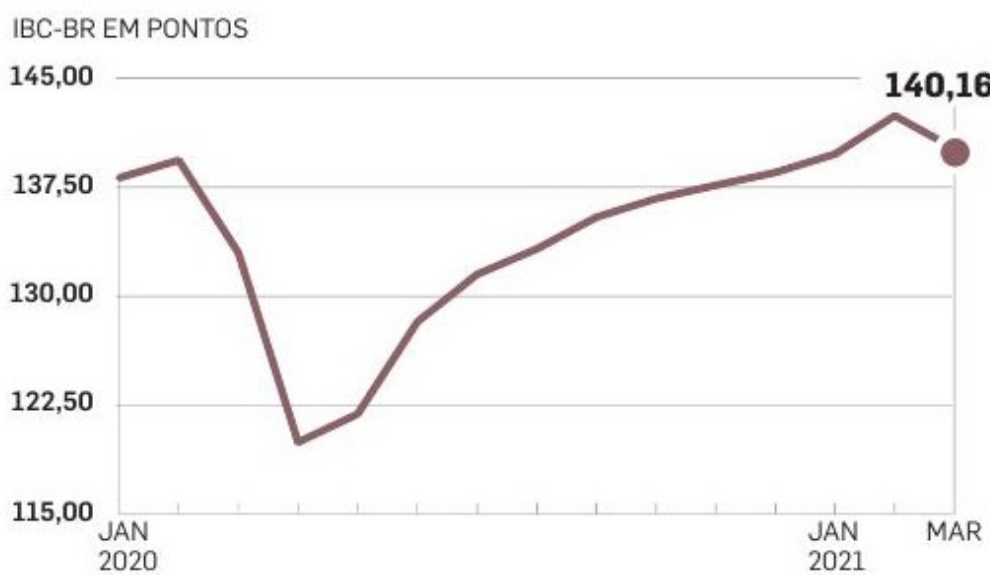
Medido em pontos, o IBC-Br passou de 142,43 pontos em fevereiro para 140,16 pontos em março de 2021, na série com ajustes sazonais. A baixa de 1,59%, no entanto, já era esperada pela maior parte do mercado financeiro. Analistas consultados pelo Projeções Broadcast projetavam o IBC-Br em março entre um recuo de 4,50% e um avanço de 0,30%. A mediana das projeções indicava queda de 3,30% – um percentual até maior que o verificado.

Nos últimos meses, membros da equipe econômica do governo de Jair Bolsonaro já vinham afirmando que, em função da segunda onda, o Brasil apresentaria novamente uma retração da atividade no primeiro semestre do ano.

Vacinação. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, tem defendido que a economia tende a reagir no segundo semestre deste ano, à medida que a vacinação avançar.

GUINADA

● Após alta nos últimos meses, atividade econômica volta a recuar em março sob efeito da segunda onda de covid-19



*ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO BANCO CENTRAL COM AJUSTE SAZONAL, O QUE PERMITE A COMPARAÇÃO COM OS MESES ANTERIORES

FONTE: BANCO CENTRAL

2,27%

FOI QUANTO SUBIU O IBC-BR SEM AJUSTE SAZONAL NO ACUMULADO DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021. RESULTADO FOI FAVORECIDO PELO DESEMPENHO DA ATIVIDADE EM JANEIRO E FEVEREIRO, ANTES DA SEGUNDA ONDA SE INTENSIFICAR

3,6%

É A PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DO BANCO CENTRAL PARA O PIB EM 2021. MERCADO FINANCEIRO TEM PROJEÇÕES MAIS PESSIMISTAS

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

● Altas e baixas

3,37%

foi a retração do IBC-Br nos 12 meses encerrados em março

18,76%

havia sido a alta acumulada de abril de 2020 a fevereiro

Os números da imunização, no entanto, ainda são contidos.

Faltando menos de dois meses para o fim do primeiro semestre, dados do consórcio de

imprensa mostram que apenas 8,8% da população recebeu as duas doses da vacina contra covid-19. Os brasileiros que receberam pelo menos a primeira dose são 17,5% do total.

Conhecido como uma espécie de "prévia do BC para o PIB", o IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. A projeção atual do BC para o PIB em 2021 é de alta de 3,6%, após a retração de 4,1% em 2020.

Os economistas do mercado financeiro, no entanto, já demonstram certo pessimismo.

No Relatório de Mercado Focus, que traz a compilação das expectativas do mercado financeiro, a projeção para o PIB em 2021 é de alta de 3,21% – menos que o esperado pelo BC.

Por enquanto, em função do desempenho visto em janeiro e fevereiro – quando a segunda onda da pandemia ainda não havia provocado tantos efeitos negativos sobre a economia –, o IBC-Br acumulou alta de 2,27% no primeiro trimestre de 2021, na série sem os ajustes sazonais. Nos 12 meses até março, porém, o indicador apresenta retração de 3,37%.

Equipe econômica vai ao STF defender autonomia do BC

Idiana Tomazelli

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

A equipe econômica foi a campo para defender a constitucionalidade da lei que instituiu a autonomia do Banco Central. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, esteve com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, para apresentar argumentos favoráveis à manutenção da lei. Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, o ministro da Economia, Paulo Guedes, também tem procurado os ministros da Corte para sensibilizá-los em relação ao tema.

A lei que estabeleceu a autonomia formal do BC virou alvo de uma ação do PSOL e do PT, que questionaram o fato de o projeto que originou a norma legal ter sido apresentado pelo Legislativo, e não pelo Executivo. O alerta disparou quando o procurador-geral da República, Au-

gusto Aras, emitiu parecer concordando que a lei é inconstitucional devido ao "vício de iniciativa no processo legislativo".

O parecer de Aras e a possibilidade de uma decisão desfavorável do STF foram considerados "muito ruins" pela equipe econômica, por ameaçar uma lei considerada fundamental para a estabilidade de preços na economia.

Projeto. O governo chegou a en-

viar um projeto próprio para instituir a autonomia do BC em abril de 2019, mas o texto ficou parado na Câmara dos Deputados. O governo então decidiu investir na votação de um projeto originalmente apresentado pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM). Esse texto foi aprovado no Senado e seguiu para a Câmara, onde foi apensado à proposta do governo. Após a votação dos deputados, seguiu para a sanção do presidente Jair Bolsonaro em fe-

vereiro deste ano.

No parecer, Aras afirmou que a inconstitucionalidade atinge a integralidade da lei devido a seu vício de origem. A iniciativa da matéria era privativa do presidente da República.

Na reunião no STF, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, Campos Neto argumentou que a autonomia traz impactos positivos para o mercado e para a sociedade e que o País não pode perder a oportunidade de asse-

gurar essa autonomia ao BC. Fux, por sua vez, se mostrou sensível aos argumentos pró-autonomia, segundo relatos colhidos pela reportagem.

Na visão do ministro, há preocupação com o impacto de uma eventual decisão desfavorável do STF, que desmontaria um "trabalho de Estado" feito pela atual equipe econômica para convencer o governo a "abrir mão" do BC.

O relator do caso é o ministro Ricardo Lewandowski. Como mostrou o *Estadão*, Lewandowski avalia enviar a ação ao plenário virtual da Corte.

Imposto de Renda 2021: checklist gratuito e atualizado do e|investidor

Para ajudar você a declarar o Imposto de Renda de 2021 dentro do prazo (31 de maio) e sem complicações, o E-Investidor apresenta um material gratuito e exclusivo elaborado por especialistas

Neste checklist interativo você vai encontrar:

- Lista com documentos imprescindíveis para o preenchimento;
- Dicas de especialistas para não cair na malha fina;
- Orientações para declarar renda de diferentes investimentos;
- O que muda com as criptomoedas;
- Impactos da redução salarial;
- E muito mais.



Abra a câmera de seu celular e foque no código ao lado para acessar o link automaticamente

Baixe grátis agora mesmo